

A EDUCAÇÃO DO CAMPO, HISTÓRIA E PROGRESSOS: DA ALFABETIZAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR

Rafael Costa Paiva

Unopar/Funadesp
paivadifferent@gmail.com

Celso Leopoldo Pagnan

Unopar/Funadesp
celso.pagnan@unopar.br

Resumo

O presente artigo visa elucidar questões que envolvem a Licenciatura em Educação do Campo, os movimentos sociais, seu envolvimento na luta pela adequação da educação em moldes que atendam à diversidade cultural do sujeito do campo, o avanço relacionado ao reconhecimento da cultura e da diversidade do homem do campo, e a importância da preservação de seus costumes dentro das escolas. A valorização do universo rural brasileiro com a criação de uma política de Educação do Campo, suas diretrizes operacionais e os documentos que contornam essa política são objetos de estudo dessa pesquisa, cujo objetivo é assegurar a preservação da identidade e da memória do povo brasileiro em sua essência interiorana, sua oralidade, alfabetização e letramento. Para tanto, queremos responder a algumas questões: o que são Políticas de Educação do Campo? Quais movimentos sociais se envolveram nessa demanda? Quais instituições se envolveram para a criação e regulamentação das políticas de educação do campo? Onde e quando foram criados os primeiros cursos voltados para a formação de educadores do campo? Sobre o que tratam os marcos normativos da Educação do campo? Para tanto, vamos nos servir do seguinte corpus: ementa do curso de Licenciatura em educação do campo da UFMG, bem como as publicações das resoluções, pareceres, decretos e leis que envolvem a educação do campo e seus marcos normativos.

Palavras-chave: Educação; Campo; Políticas públicas.



Abstract

This article aims to clarify issues surrounding Degree in Rural Education, social movements, their involvement in the struggle for adequacy of education in ways that meet the cultural diversity of the subject field, the advancement related to the recognition of culture and diversity man of the field, and the importance of preserving their customs within schools. The appreciation of the Brazilian rural universe with the creation of a policy of Field Education, its operational guidelines and documents that outline this policy are objects of study of this research, whose goal is to ensure the preservation of the identity of the Brazilian people and the memory in your provincial essence, its orality, literacy and literacy. We answer some questions: what are the education policies field? What social movements were involved in this demand? Which institutions are involved for the creation and regulation of education policies of the field? Where and when the first courses for the training of educators from the field were created? About the legal frameworks that address the field of Education? We will serve the following corpus: the menu Degree in the field of education UFMG, as well as publications of the resolutions, opinions, decrees and laws involving education field and their regulatory frameworks.

Keywords: Education; Countryside; Public policies.

Introdução

Historicamente, experimentamos os problemas relacionados às diferenças sociais, preconceitos e desigualdades, desde o encontro entre povos, portugueses e nativos, ocorrido em 1500 até os dias atuais. A exploração, sempre presente em nossa sociedade, continua fazendo suas vítimas no século XXI; tais vítimas são os menos favorecidos de instrução e oportunidades, brasileiros impedidos por questões culturais, geográficas e étnicas, excluídos e discriminados historicamente:

A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e serve para as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, mulheres, indígenas, negros e trabalhadores rurais não precisavam aprender a ler e a escrever, visto que, nessa concepção, para



desenvolver o trabalho agrícola, não era necessário o letramento. (Lunas e Rocha, 2009, p. 31)

A sociedade dos grandes centros, urbana, tecnológica e egocêntrica, ainda vê os desiguais: coletivos sociais de gênero, étnicos, das periferias urbanas, do campo, raciais e religiosas, como origem principal dos problemas sociais da contemporaneidade, problemas estes que são lançados ao Estado, do qual se espera a paternal solução. Nesse contexto, o Estado se aproveita dos desiguais para criar políticas públicas, que, por sua vez, não solucionam os problemas históricos, mas que visam esconder seu verdadeiro interesse, o de conservar os desiguais na inércia e dependência absoluta de tais políticas e recursos, oriundos do próprio Estado.

Mesmo após a criação de marcos normativos para a Educação do Campo e a implantação de políticas públicas voltadas para essa modalidade da educação, o discurso de Pinheiro se faz atual e pertinente:

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos [...] para as populações que lá residem. Essa situação tem se repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para o escoamento da produção, na falta de atendimento adequado a saúde, falta de assistência técnica, na falta de acesso à educação básica e superiores de qualidade. (Pinheiro, 2011, p. 36)

Pouco se tem feito pela prática efetiva de tais políticas voltadas para a educação do campo, a realidade está distante das letras. A população do campo muita das vezes migra para as cidades em busca de melhores condições de vida e de educação, por não terem apoio do governo para que permaneçam com dignidade em seu lugar de origem, abandonam suas terras quando as tem, sua cultura, muitos vão sob pontes, alguns morrem, outros conseguem retornar para sua casa, porém envergonhados, humilhados, como descrevem Ghedin e Borges, e permanecem lançados à própria condição:

Acontece que como as massas populacionais concentram-se maciçamente nos centros urbanos, são elas que primeiro têm acesso aos serviços que o Estado deve oferecer. Essa política malfadada faz com que as populações cada vez mais inchem os centros urbanos sem as mínimas condições de vida e deixem as



populações que moram em áreas rurais abandonadas à própria sorte. (Ghedin e Borges, 2007, p. 8)

A reviravolta que determinou a implementação da Educação do Campo nos atuais moldes se deu graças às lutas dos movimentos sociais, contrárias à ideologia das classes dominantes, que relutaram historicamente se posicionarem a favor da ascensão social e intelectual da população do campo. A luta por uma educação de qualidade, por direitos que respeitem à diversidade do homem do campo e sua cultura, foi se chocar diretamente com a falta de interesse histórica do sistema em permitir tal transformação. “De fato, a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola. Ao contrário, estando ela empenhada na preservação de seu domínio, apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação” (Lombardi, 2008, p. 254).

Inevitavelmente, a transformação da escola e da educação no Brasil é algo perceptível, seja de forma negativa, seja positiva; tal transformação tem ocorrido de modo lento, mas contínuo. A mudança no perfil do povo brasileiro e a velocidade da informação, bem como as tecnologias que tem chegado até os sujeitos do campo, proporcionaram a estes sujeitos, outrora marginalizados e esquecidos, um lugar de destaque no cenário político nacional e também nas mídias, eles vêm conquistando políticas educacionais através de suas lutas onde se destacam: A criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 (Brasil, 2002); A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004, com diversos programas voltados para a educação do campo; As Diretrizes Complementares da Educação do Campo (Brasil, 2008b); O programa Procampo e das licenciaturas em educação do campo; O Projovem Campo; o Decreto do Presidente da República, em 4 de novembro de 2010, estabelecendo a política da educação do campo e também do PRONERA.

A conquista de tais políticas frisa ainda mais a grande importância histórica/prática da educação do campo, que nasceu como ícone libertário, marco da busca pela emancipação intelectual que vem quebrando paradigmas da educação e *desfolclorizando* o sujeito do campo, além de lembrar que a educação não é para o campo e, sim, do campo, tendo como pressuposto os movimentos sociais da sociedade contemporânea (Guedin & Borges, 2007).



Torne-se inegável o empoderamento do sujeito do campo, mas a questão é, até que ponto efetivamente tais políticas são eficazes? O que motivará alunos de ensino médio a escolherem a docência diante do quadro da educação no Brasil? Caso escolham a docência, o que motivará tais educadores a permanecerem no campo em meio a tantas dificuldades? E o caso da alfabetização, como o sistema tem administrado os dados internacionais de analfabetismo no Brasil? Existe uma discrepância entre os dados veiculados na mídia e os dados reais das escolas e do povo brasileiro vivenciados *in loco*.

Fundamentação e Análise

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é responsável pelo Censo Escolar, um levantamento de dados estatístico-educacionais feito anualmente para mapear a educação no país. São dados relevantes que permitem a intervenção do governo com a implementação de políticas públicas e criação de programas de educação. Levando em conta os dados demográficos do censo de 2010, e analisando o cálculo das estimativas anuais para 2013 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em julho de 2013 já tínhamos uma população rural de cerca de 16% do total da população brasileira. Isso dá uma média de 30 milhões de habitantes residindo no campo em 2014 (Lombardi, 2011). Esse número pode variar ainda mais se consideramos os dados do IBGE publicados na Folha de São Paulo que revelam uma população de 202,7 Milhões de Habitantes em julho de 2014.

Temos no Brasil 27 Secretarias Estaduais de Educação e cerca de 5.570 municípios. Se dividirmos a quantidade de habitantes do campo pelo número de municípios, não levando em consideração as áreas de maior concentração populacional e nem os estados com maior número de municípios, como no caso de Minas Gerais, certamente compreenderíamos com mais clareza o tamanho da nossa responsabilidade com a população brasileira do campo, e teríamos mais noção do tamanho de sua exclusão e do descaso das autoridades.

O INEP divulgou em 2013 que as matrículas de alunos nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental caíram absurdamente relacionado aos anos anteriores, em 2007 tivemos 14.339.905 alunos matriculados nos anos finais, 17.782.368 matriculados nos anos iniciais, em 2013, 15.764.926 alunos matriculados nos anos iniciais e 13.304.355 de alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental.



Outra preocupação é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que teve em 2013, segundo dados do MEC (2014) uma queda drástica afetando principalmente a população do campo, 2.447.792 alunos de EJA matriculados no Ensino Fundamental e 1.324.878 matriculados no Ensino Médio sendo que em 2007 foram 3.367.032 matrículas no Ensino Fundamental e 1.618.306 no Ensino Médio.

Uma pesquisa encomendada pela Pearson (BBC, 2014), empresa que fabrica sistemas de aprendizado e vende seus produtos a vários países realizada pela consultoria britânica *Economist Intelligence Unit* (EIU), revelou ao mundo aquilo que os brasileiros, em geral, já poderiam supor, analisando-se no contexto local. A pesquisa analisou a educação de 40 países que foram divididos em grupos e a base de apuração foi feita a partir das notas dos estudantes obtidas em testes realizados entre 2006 e 2010, e a quantidade de alunos matriculados no Ensino Superior. Na pesquisa, o Brasil ficou em penúltimo lugar ganhando apenas para Indonésia.

Com efeito, a educação tem permanecido estagnada, no Brasil, há muitas décadas. Os programas de incentivo à docência são incipientes e não atraem a atenção dos jovens. Outro problema é a má formação docente e a falta completa de preparo dos diretores das escolas públicas em administrarem os recursos enviados pelo governo, as capacitações são superficiais e não dão base administrativa a estes sujeitos que serão responsáveis pela gestão das escolas.

No Brasil, cerca de 70 instituições de ensino superior ofertam licenciatura em educação do campo; ainda assim, quando perguntamos sobre tal modalidade de ensino, até mesmo nas escolas do campo, muitos são os que demonstram ignorância sobre o assunto ou desconhecem sua especificidade. Molina descreve a Educação do campo da seguinte forma:

A Educação do Campo originou-se no processo de luta dos movimentos sociais camponeses e, por isso, traz de forma clara sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio. A luta dos trabalhadores para garantir o direito à escolarização e ao conhecimento faz parte das suas estratégias de resistência, construídas na perspectiva de manter seus territórios de vida, trabalho e identidade, e surgiu como reação ao histórico conjunto de ações educacionais que, sob a denominação de Educação Rural,



não só mantiveram o quadro precário de escolarização no campo, como também contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais naquele território. (Molina, 2004, p. 11)

Como discente da turma de Licenciatura em educação do campo nas áreas de conhecimento: Línguas, Artes e Literatura 2014 (UFMG), participamos de um projeto intitulado “Tempo Comunidade”, desenvolvido no vale do Jequitinhonha em setembro de 2014. O conhecimento adquirido no curso de História da Unopar foi fundamental para uma melhor compreensão da realidade do local e para uma análise do curso voltado para educação do campo.

A Licenciatura em Educação do Campo forma turmas por área de conhecimento, a turma 2014 tem como área: Línguas, Artes e literatura; as turmas anteriores, Ciências da Vida e da Natureza; Matemática; Ciências sociais e Humanas. O curso funciona em regime de alternância, sendo obrigatória a presença do aluno na Universidade nos meses de Janeiro e Julho, esse tempo recebe o nome de TE (Tempo Escola) é o tempo presencial experimentado pelo aluno dentro das dependências da Universidade, o aluno segue no TE desenvolvendo atividades e convivendo com alunos de diversas partes do País e até mesmo do exterior. No TC (Tempo Comunidade) que configura o tempo passado no decorrer do semestre fora das dependências da instituição, os alunos desenvolvem projetos voltados para a Educação do Campo e diversas pesquisas, assim como tem obrigações de leituras diárias e exercícios passados pelos professores no TE.

As primeiras turmas formadas, primeiramente na Pedagogia da terra e depois na Licenciatura em Educação do Campo, receberam mais de 50 alunos cada. Esses alunos eram, em sua maioria, oriundos de assentamentos do MST. Existe toda uma política interna peculiar do curso assim como uma atmosfera de luta e demarcação de território, é notória a imposição de práticas transmitidas aos calouros como legado das primeiras turmas, as pioneiras, formadas pelos integrantes dos assentamentos do MST.

A organicidade das turmas é feita de acordo com os padrões do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), são divididos GTs (Grupos de Trabalhos) e cada GT tem sua função que visa atender as necessidades dos alunos e do curso.

Uma característica marcante do Lecampo dentro da UFMG é a utilização de Místicas em todas as atividades, e quando digo todas, falo até das defesas de tese de



Doutorado. A Mística do Lecampo é na verdade uma encenação baseada em algum fato que marcou o MST (ou qualquer outro movimento social, sindical etc.), fatos como a morte de algum integrante em determinada ação de ocupação, algum confronto com proprietários ou com a polícia, ou até mesmo a ocupação da UFMG no início do curso em 2005. São montados cenários e os alunos são convocados a participarem da encenação, todo um cenário relacionado à vida no campo é organizado, bandeiras do MST ou outros movimentos sociais são erguidas e colocadas sobre mesas, são espalhadas sementes no chão e diversos utensílios, ferramentas e artesanatos são expostos. Os alunos veteranos gritam palavras de ordem (gritos de guerra):

*O que somos? – camponeses. O que queremos? – Terra trabalho e justiça!
Pátria livre! – Venceremos! – Camponeses que ousam lutar constroem o poder popular! – Organizar, refletir, transformar! – Rá rá rá educar para libertar! – Educação do campo direito nosso, dever do estado!*

Tais palavras de ordem são comuns aos integrantes dos movimentos sociais, e todos presentes são convocados a gritarem e participarem da encenação, os alunos calouros recebem listas com as palavras de ordem e devem decora-las assim como diversas músicas que são comumente cantadas na execução de trabalhos dentro da Universidade. Todas as músicas são de autoria de pessoas relacionadas aos movimentos sociais. Qualquer tentativa de modificação deste formato de iniciação do curso ou qualquer ideia contrária à ideia dos movimentos, é tida como leviana e contrária ao “Espírito do Curso”, existe uma preocupação extrema de se preservar tais práticas e tal ideologia que chega a ser alienatória tal postura. A primeiro momento a mística causa espanto pois não existe uma informação objetiva sobre o que estão fazendo ali, talvez a intenção seja marcar território, dizer de forma teatral que o território foi conquistado com muita luta e que não será desocupado jamais.

A História da Educação do Campo, na UFMG, tem toda essa estrutura folclórica e consistente, que pode causar desconforto aos leigos, mas que cativa e conquista os que se enveredam pelo caminho do conhecimento e pela quebra do preconceito ao desconhecido, tal educação visa amparar agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas, profissionais da educação que atendam alunos do campo, sindicalistas relacionados ao campo e outros indivíduos que comprovem sua ligação com a família do campo.



Assentamentos rurais conquistaram o curso superior de Pedagogia da Terra na UFMG em 2005. Meninas vestidas de terra, água, ar e fogo. Enxadas e foices batidas de forma sincronizada e rítmica. Grãos de cereais peneirados com habilidade. Cestos com frutos do trabalho humano – da terra e do estudo: frutas, legumes e... livros. Por fim, crianças, ao colo, embrulhadas nas bandeiras do Brasil e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Essa mística e simbolismo marcaram a solenidade de abertura da 1ª turma de alunos do curso de graduação Pedagogia da Terra da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), no auditório da FaE (Faculdade de Educação), na manhã do dia 21 de novembro de 2005, em Belo Horizonte. (Lessa, 2005)

A seleção dos alunos leva em consideração as notas do ENEM, seu vínculo comprovado documentalmente com a família do Campo, uma carta feita de próprio punho relatando o motivo de sua intenção em se candidatar a uma vaga e um depoimento sobre sua experiência com o campo.

Os alunos considerados carentes, em 2014, recebiam uma ajuda de custo de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) durante o TE. A Universidade sugeria o local onde o aluno deveria se hospedar e onde deveria comer durante sua permanência em Belo Horizonte. Tais sugestões visavam preservar a integridade dos alunos e fomentar a convivência com os demais colegas de curso. Durante o TC, foram feitas viagens, custeadas pelo governo Federal, incluindo alimentação e estadia.

Em setembro de 2014, entre os dias 24 e 27, as Turmas do Lecampo da UFMG (cinco turmas ao todo) partiram para um TC no Vale do Jequitinhonha no município de Araçuaí-MG. A proposta foi predefinida no TE e cada grupo de cinco alunos deveria elaborar uma intervenção pedagógica para ser aplicada dentro do planejamento dos professores das escolas visitadas. Junto com a intervenção pedagógica os grupos efetuaram pesquisas sobre cultura, alfabetização, letramento digital e outros temas.

A percepção das dificuldades enfrentadas pelos educadores do campo causou impacto aos alunos calouros. Presenciar a realidade do campo, as histórias de vida, as condições extremas em que vivem crianças e adolescentes, foi uma experiência impar para os alunos da LAL 2014, mesmo considerando ser uma turma de alunos do campo existe uma grande diferença no perfil destes alunos. A grande diferença detectada logo no primeiro dia de aula da turma de 2014, foi a mudança do perfil que



já vinha sendo percebida desde a turma de 2013. Os alunos são mais novos, tendo entre 17 e 20 anos em sua maioria, nenhum faz parte do MST, a maior parte está vinculada a sindicatos, e vivem em perímetro urbano (nas pequenas cidades e distritos de Minas Gerais), são alunos que têm vínculo com o campo e por serem (alguns) registrados em sindicatos, que fornecem toda a documentação para acesso ao curso, estão hoje cursando uma Universidade Federal, seja por conluio político ou não. Dentre estes alunos existem os que buscaram a licenciatura por ser a única opção que os livraria do trabalho pesado da roça, não levantam bandeiras de luta de classe e cumprem com o protocolo do curso para não perderem os benefícios. Alguns alunos buscam economizar ao extremo para retornarem com algum dinheiro no bolso para suas casas. Nota-se uma maioria de alunos matriculados nas turmas do Lecampo na UFMG da região de Rio Pardo de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Existe uma campanha da região em divulgar o curso nas escolas, a ajuda de custo é a mola propulsora que motiva tais alunos, além disso os alunos declarados Indígenas e Quilombolas recebem ajuda de custo (Bolsa) de R\$ 900,00 (Novecentos reais) mensais; todos os alunos do curso estão inseridos no PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) que fornece bolsa mensal de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), além de quando declarados e comprovadamente reconhecidos como de baixa renda receberem bolsas de auxílio transporte, auxílio material didático etc.

A mudança no perfil dos calouros mostra a realidade do campo, a máquina sindical e o interesse têm levado pessoas sem nenhuma vocação a abraçarem as licenciaturas como válvula de escape da falta de oportunidades no campo. No TC realizado em Araçuaí, os alunos se depararam com a realidade das escolas do campo, professores, supervisores e diretores desmotivados. As escolas estão sucateadas e faltam insumos básicos, incluindo água potável. É bem verdade que há também descaso com o material fornecido pelo Estado por falta de pessoal qualificado para a correta utilização. Além disso, há problemas com o transporte e um alto índice de alunos de Ensino Médio e dos anos finais do Ensino Fundamental com problemas relacionados à má alfabetização.

Em 2013, o Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais, Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo, Coordenação Geral de Materiais Didáticos, Fundo Nacional de Desenvolvimento da



Educação – FNDE, Diretoria de Ações Educacionais, Coordenação Geral dos Programas do Livro juntamente com o corpo docente da FAE- (Faculdade de Educação) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), avaliaram e aprovaram o PNLD Campo 2013 (Programa Nacional do Livro Didático do Campo 2013).

Todo processo de escolha das coleções dos livros didáticos e avaliação das mesmas para inclusão no PNLD se deu por edital: “Edital de Convocação 05/2011 – CGPLI Edital De Convocação Para Processo De Inscrição e Avaliação De Obras Didáticas Para O Programa Nacional Do Livro Didático Do Campo PNLD Campo 2013”.

O PNLD tem como objetivo orientar as escolas e professores na escolha dos livros didáticos apropriados segundo a lei a cada segmento, é na verdade um guia, que envolve a avaliação de numeroso grupo de especialistas, onde as especificidades das áreas de conhecimento voltadas para a educação do campo são colocadas à prova e ao análise metuculoso, visa efetuar crítica aos trabalhos das editoras e autores, tendo como base os parâmetros educacionais para o campo, é uma ferramenta deveras útil ao educador e às instituições de ensino quando levada a sério.

Em qualquer escola pública ou privada do Brasil, o material de apoio mais utilizado é o livro didático. Os professores se mostram extremamente dependentes destes livros e resistentes ao uso de outros materiais. As editoras bombardeiam as escolas com E-books, DVDs, Cds e plataformas de acesso online que se mostram distantes da realidade das salas de aulas. O MEC investiu em tablets para professores em todo Brasil e a falta de habilidade e conhecimento na utilização das tecnologias faz com que sejam inutilizados. Laboratórios de informática, lousas eletrônicas, Tablets, Notebooks, Data show, e um monte de outros equipamentos são inúteis e desprezados pelos professores que se atém ao tradicional livro didático como única fonte de consulta para suas aulas.

A utilização do PNLD como guia orientador na escolha dos livros nem sempre é aceita pelos professores e levadas a sério, questionam a imposição das Superintendências Regionais relacionadas ao CBC de cada disciplina e a falta de sincronia dos livros com os conteúdos exigidos.

Mesmo diante dos impasses o PNLD ainda é o referencial mais adequado a se seguir, deve ser lido e analisado pelos educadores pois contem resenhas e descrições das coleções, apontam as diversas contribuições que podem ajudar o educador a



desenvolver bem seu papel em sala de aula cumprindo com as exigências comuns a cada área de conhecimento.

As resenhas que descrevem e comentam essas coleções, apontando a contribuição que trazem para o Ensino Fundamental nas escolas do campo, na área de Línguas Artes e Literatura, a aquisição do sistema de escrita, o ensino da leitura, a produção escrita e oralidade, na área de Ciências Sociais e Humanidades as noções de espacialidades e temporalidades, na área de Matemática, a educação matemática e suas práticas de numeramento, na área de Ciências da Vida e da Natureza, os conhecimentos das Ciências e suas relações com a natureza". (PNLD Campo, 2013, p. 7)

Todas as contribuições somente terão êxito se colocadas em prática com esmero, por se tratar de uma modalidade de ensino reconhecida e regulamentada a pouco tempo a Educação Do Campo mesmo que existente desde os tempos da Colônia tem sua peculiaridade em relação à sua Historiografia:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Campo) tem como objetivo considerar as especificidades do contexto social, econômico, cultural, político, ambiental, de gênero, geracional, de raça e etnia dos Povos do Campo, como referência para a elaboração de livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental (seriado e não seriado), de escolas do campo, das redes públicas de ensino. Com esse objetivo, o PNLD Campo se inscreve como uma política pública de reconhecimento da Educação do Campo como matriz referencial para pensar o Campo e seus Sujeitos, como contexto gerador de conteúdos, textos, temas, atividades, propostas pedagógicas, ilustrações, e organização curricular do livro didático. (PNLD Campo 2013, p. 8)

Em se tratando da Educação do Campo, não podemos nos esquecer de que forma sua História influenciou a educação, os movimentos sociais e as lutas que ferozmente defenderam a ideia de um Brasil melhor e com acessibilidade garantida ao conhecimento (e com qualidade) para estes sujeitos, que foram sempre excluídos. As velhas práticas e a conduta relapsa dos educadores não serão bem-vindas nessa modalidade de ensino, e pela lutas recentes por um espaço na educação os movimentos estarão prontos a reivindicarem o cumprimento da lei, que, com muito esforço, passou a garantir aos camponeses o respeito a sua especificidade.



Nessa primeira edição do PNLD Campo, o Ministério da Educação – MEC busca fomentar a produção de obras didáticas que superem o quadro atual das produções existentes” consideradas como “alheias às Diretrizes Operacionais formuladas pelo Conselho Nacional de Educação para a Educação Básica das Escolas do Campo”. (“Edital de Convocação 05/2011 – CGPLI Edital De Convocação Para Processo De Inscrição e Avaliação De Obras Didáticas Para O Programa Nacional Do Livro Didático Do Campo (PNLD Campo 2013, p. 27).

É recorrente o cunho ideológico que permeia todo o PNLD do Campo 2013, nas páginas iniciais nos relatos sobre a História da educação do campo notamos a paixão dos relatos sobre as lutas de classe, as questões relacionadas ao agronegócio que tem escravizado famílias do campo, às práticas capitalistas e degradantes impostas pelo sistema aos pequenos produtores que se tornam vítimas do século XXI.

A participação da UFMG nesse processo avaliativo permitiu tal abordagem por ser referência em Educação Do Campo, e, ter participação ativa nos movimentos sociais, seja nas pesquisas, ou, na própria contextualização da história de vida de diversos integrantes do corpo docente da FAE.

É vital a compreensão da centralidade do trabalho como princípio educativo na perspectiva de promoção e produção da autonomia dos sujeitos, entendendo que a materialidade da produção da vida desses sujeitos insere-se na luta coletiva pela produção e reprodução sustentável da vida como camponeses. Destaca-se como um dos aspectos relevantes para o funcionamento de uma escola que possa ser considerada do campo o reconhecimento e a valorização da identidade de seus sujeitos. (PNLD Campo 2013, p. 10)

O educador que não possuir uma formação relacionada à Educação do Campo deve ler atentamente o PNLD para compreender a importância deste material dentro das escolas, e perceber como os livros das coleções sugeridas estão embasados em todo o contexto histórico da educação do campo, só assim perceberá a responsabilidade que lhe cabe.

Reconhecer e valorizar implica construir e desencadear processos educativos, dentro, ao redor e no entorno da escola que não destruam a autoestima dos sujeitos pelo simples fato de serem do meio rural; de serem sem-terra; de serem filhos de assentados; filhos de agricultores familiares; extrativistas; ribeirinhos;



quebradeiras de coco, enfim, filhos de sujeitos camponeses cuja reprodução social se dá prioritariamente a partir dos trabalhos no território camponês. (Molina, 2009 / PNLD, p. 11)

Das 16 coleções avaliadas no PNLD Campo 2013, 14 (87%) foram excluídas e 02 (13%) foram aprovadas pelos avaliadores (PNLD Campo 2013). Isso mostra o despreparo da indústria literária em relação às normas e os princípios da Educação do Campo. Mais uma vez tal fato vem revelar como os sujeitos do campo são desmerecidos e excluídos dos privilégios e avanços da nossa geração. As duas coleções selecionadas foram: Coleção Girassol – Saberes e Fazeres Do Campo Editora FTD AS, e Coleção Projeto Buriti Interdisciplinar Editora Moderna Ltda.

Com certeza, as duas coleções atendem bem a Educação do campo, mas estão longe de serem as melhores obras já produzidas para a educação. A inserção de gravuras e a contextualização da vida no campo em atividades é quase a única modificação perceptível aos olhos do aluno. Não são obras objetivamente produzidas para o sujeito do campo, são adequações grosseiras que a primeiro momento podem servir, mas que devem ser superadas no próximo edital que já está em andamento para 2016.

A alfabetização dos alunos do campo dentro dos moldes do atual governo brasileiro, e principalmente do governo do estado de Minas Gerais é algo preocupante. Nas escolas do Campo, é comum encontrarmos alunos do ensino médio que não sabem ler com fluência. Nas turmas dos anos iniciais percebemos que os professores não têm uma metodologia eficiente e os alunos vem a escola por obrigação, os próprios pais dizem que enviam seus filhos para a escola para não perderem as bolsas do governo.

É lastimável acompanhar de perto a política das escolas públicas de aprovação em massa, diretores e supervisores dizem que segundo o sistema os alunos têm que ser aprovados na “marra”, progressão parcial, estudos independentes, repetir a mesma prova quantas vezes forem necessárias até que o aluno seja aprovado, e se ele não conseguir o conselho de classe o aprovará deliberadamente.

Temos uma educação de má qualidade e se não forem tomadas medidas para que ocorra a mudança necessária os danos ao país no futuro podem ser ainda maiores.



Considerações Finais

A História da Educação do campo é, sem dúvida, a História da educação brasileira. Reflete nosso compromisso social de busca por uma igualdade que já deveria acontecer naturalmente. Mesmo com políticas educacionais voltadas para a Educação do campo não temos uma resposta efetiva das autoridades com relação a inspeção e execução das diretrizes e leis que devem atender a população do campo. Temos sim muitos problemas, transporte de péssima qualidade, livros didáticos com péssimas adequações, infraestrutura inadequada, professores desqualificados, falta de incentivo aos educadores do campo, e uma imensidão de outros problemas que devem ser solucionados com o apoio dos movimentos sociais e com a luta em prol da Educação do campo.

Temos o problema do aumento do analfabetismo no campo, falta de projetos de alfabetização eficientes que atendam todas as faixas etárias e também étnicas.

Não temos nenhuma proposta que facilite a locomoção dos professores até as áreas de difícil acesso, Comunidades Ribeirinhas, Quilombos ou Aldeias Indígenas. Temos uma imensidão de comunidades sem professores capacitados para atenderem múltiplas áreas de conhecimento dentro da demanda de alunos carentes a ser atendida.

A pesquisa voltada para a educação é uma área abrangente e necessita de atenção constante. Tratar de educação no Brasil é lembrar que professor dessemepnha suas atividades quase de modo solitário, sem o devido apoio e sem salário digno. Tratar de educação no Brasil é lembrar ainda do vale do Jequitinhonha, dos Assentamentos do MST, das Salas de aula do Pará, onde meninos andam quilômetros para assistirem a suas aulas com fome, com em baixo do sol quente e lançados à própria sorte.

Quando pesquisamos sobre a diversidade dos sujeitos do campo e sobre sua cultura, percebemos que os sujeitos letrados pela vida contem seus saberes que devem ser compartilhados. Valorizar esses saberes é valorizar a cultura, falar de letramento ou de alfabetização sem falar da oralidade do sujeito do campo, seus contos e seus costumes, é negligenciar a nossa identidade interiorana. Hoje a sala de aula da roça (como dizem os alunos) é um lugar de liberdade de expressão, temos escolas sucateadas, mas temos escolas modelo como as EFAs (Escola Família



Agrícola), que atuam em regime de alternância não comprometendo o fluir das práticas culturais familiares relacionados à vida no campo.

Por fim, devemos nos imbuir dos saberes pertinentes à Educação Do Campo para lutarmos por um Brasil mais justo, devemos levantar bandeiras, devemos combater esse bom combate em favor dos nossos irmãos que historicamente foram vilipendiados, aviltados por um sistema ignóbil capitalista que vituperou ao longo dos séculos o povo do campo.

Referências Bibliográficas

- BBC. *Brasil fica em penúltimo lugar em ranking global de qualidade de educação*. 27 nov. 2012. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/11/121127_educacao_ranking_eiu_jp> Acesso em 26 set. 2014.
- BRASIL, INEP. <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 20 set. 2014.
- BRASIL (2012). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. *Educação do Campo: marcos normativos*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI.
- Lessa, R. (22/11/2005). *MST ocupa "latifúndio do saber"*. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/11/338925.shtml>> Acesso em 26 set. 2014.
- Lombardi, J. C. & Saviani, D. (org.)(2008). *Marxismo e Educação: Debates Contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: Histedbr.
- Lombardi, M. (29/04/2011). *UOL Economia*. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/populacao-rural-esta-chegando-quase-no-limite-diz-economista.htm>>. Acesso em 25 set. 2014.
- Lunas, A. C. & Rocha; E. N. (org.)(2009). *Práticas Pedagógicas e Formação de educadores(as) do campo*. Brasília: Dupligráfica.
- Molina, M. C. (2011). Apresentação. *Em Aberto*, 24(85), 11-14.
- Molina, Mônica Castagna. (2004) *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo.
- Pinheiro, M. S. D. (2014). A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>.



Financiamento

O artigo é produto de pesquisa desenvolvida com o apoio da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP.